

A diferença entre empreender e gerir e o impacto para o sucesso

No mundo empresarial, a distinção entre empreendedores e gestores é fundamental para a sustentabilidade e sucesso de qualquer negócio

Este insight é amplamente discutido. No ambiente corporativo, muitas vezes, a linha que separa empreendedores de gestores é tênue, mas suas funções são claramente distintas.



"Muitos empreendedores conseguem iniciar grandes negócios, impulsionados por sua visão arrojada e vontade de assumir riscos. No entanto, enfrentam dificuldades em manter a sustentabilidade desses negócios a longo prazo.

Isso ocorre porque a mentalidade empreendedora, marcada por impulsividade e inovação, contrasta com a mentalidade do gestor, que exige uma abordagem mais séria e estruturada", avalia Benito Pedro Vieira Santos, CEO da Avante Assessoria Empresarial e especialista em reestruturação e governança.

Benito destaca que o empreendedor é a força motriz por trás de novas ideias e oportunidades. "O empreendedor é a pessoa que tem a visão de um novo negócio ou oportunidade e está disposto a assumir riscos para transformar essa visão em realidade".

É ele quem identifica nichos de mercado inexplorados e está disposto a correr riscos para transformar

essas ideias em realidade. A inovação e a capacidade de visualizar o futuro são características inerentes ao empreendedor, tornando-o vital para o nascimento de novos negócios. Por outro lado, o gestor é aquele que transforma a visão do empreendedor em prática.

O gestor é responsável por implementar a visão do empreendedor, gerenciando as operações diárias da empresa de forma eficiente e garantindo que as metas e objetivos sejam alcançados. Ele é responsável por gerenciar as operações diárias da empresa, assegurando que as metas e objetivos sejam atingidos de maneira eficiente.

A tomada de decisões do gestor é baseada em dados concretos e análise detalhada, visando a otimização dos recursos e a sustentabilidade do negócio no curto e médio

prazo. A tomada de decisão é outro ponto de divergência entre os dois. O empreendedor tende a tomar decisões de alto nível e estratégicas, muitas vezes baseadas em intuição e visão de longo prazo.

Já o gestor foca em decisões operacionais e táticas, fundamentadas em informações precisas e objetivas, garantindo a eficiência do negócio. Já em relação a riscos e responsabilidades, enquanto o empreendedor assume isso de forma intensa, lidando com a incerteza e a possibilidade de fracasso, o gestor gerencia riscos mais controlados.

O empreendedor assume grandes riscos e responsabilidades, pois está constantemente lidando com a incerteza e a possibilidade de fracasso do negócio. Ele se concentra em manter a empresa operando de

forma eficiente e lucrativa, dentro de um ambiente de risco calculado. A cultura empresarial também é definida pelo empreendedor, que estabelece os valores e a missão da empresa.

"O empreendedor define a cultura empresarial e os valores da empresa, sendo o catalisador da inovação e do crescimento," ressalta Benito. O gestor, por sua vez, é encarregado de implementar e manter essa cultura, assegurando que todos na organização estejam alinhados com os objetivos definidos. A chave para o sucesso de uma empresa está na sinergia entre o empreendedor e o gestor.

Empresas que reconhecem e valorizam essa distinção conseguem construir uma base sólida para a inovação e a eficiência operacional, resultando em sustentabilidade a longo prazo. É muito importante para as empresas entender esses pontos e trabalhar de forma inteligente para que se consolidem no mercado.

A capacidade de um empreendedor se transformar em um gestor ou a contratação de gestores competentes para executar sua visão é vital para evitar um voo rápido seguido de uma queda. Fonte e outras informações: (<https://www.avanteadm.com.br/>).

Déficit fiscal alto não tem fim, desemprego baixo sim?

Josilmar Cordenonssi Cia (*)

O IBGE divulgou uma queda na taxa de desemprego, que atingiu 6,4% no terceiro trimestre de 2024, uma redução de 0,5% em relação ao ano anterior

diminuindo a capacidade do Brasil de crescer.

Mas se deixar a inflação sem controle, teríamos uma "goleada contra", pois seria muito mais difícil fazer negócios e manter-se empregado neste tipo de cenário. Quem tiver dúvida sobre isso, basta ver o que aconteceu com o Brasil e a Argentina neste século, sendo que ambos os países tiveram problemas fiscais, mas nós implementamos uma política de metas de inflação e a Argentina não.

Por isso que muitos economistas defendem que é melhor mudar o "mix" de política econômica. Hoje, temos uma política fiscal expansionista, acelerando o crescimento da demanda agregada, e uma política monetária restritiva, com juros alto para frear essa mesma demanda, criando um cenário de uma taxa de juros persistentemente alta, baixo investimento, baixo crescimento e alto desemprego.

Esse avanço no mercado de trabalho veio acompanhado de um aumento de 3,7% no rendimento médio, sugerindo um momento positivo para a economia. No entanto, surge a questão: essa trajetória de crescimento é sustentável?

Ao lado da queda no desemprego, o PIB do Brasil tem superado expectativas, crescendo 3% ao ano, enquanto muitos economistas projetam um crescimento potencial em torno de 2%. Esse crescimento acima do potencial estimado pressiona a inflação, que atualmente está acima da meta e pode ultrapassar o teto, evidenciando uma sobrecarga na economia.

Dado que o Banco Central (BC) tem o objetivo de controlar a inflação dentro da meta de 3%, com uma banda entre 1,5% e 4,5%, o principal recurso para desacelerar a demanda agregada é a taxa de juros Selic. O aumento dessa taxa visa reduzir a demanda para um nível sustentável pela oferta agregada, mantendo a inflação sob controle. No entanto, essa medida afeta apenas o consumo e o investimento privado, enquanto os gastos públicos, em sua maioria obrigatórios, não reagem diretamente ao aumento dos juros.

No Brasil, mais de 90% dos gastos públicos são vinculados a áreas como previdência e folha de pagamento. Além disso, os gastos com educação e saúde precisam aumentar automaticamente com a elevação da receita (arrecadação), tornando muito difícil um ajuste fiscal sem grandes reformas e alto custo político. A pequena parte discricionária, em que se pode decidir politicamente onde gastar, é objeto de uma ferrenha briga política entre visões ideológicas e brigas político-partidárias.

Ao aumentar a Selic, o que deve acontecer nesta semana, o BC irá inibir o investimento, pois aplicar em títulos da dívida pública sem risco ficam mais atraentes do que investir em atividades produtivas arriscadas. Mas o investimento é o responsável pelo crescimento da oferta, ou seja, do PIB potencial. Assim, o BC, para segurar a inflação no curto prazo, fará uma espécie de "gol contra" em médio e longo prazos,

Seria mais sensato inverter, ter uma política fiscal mais restritiva, que garantisse pelo menos a estabilidade da dívida pública como proporção do PIB, permitindo ter uma política monetária menos restritiva. Assim, a taxa de juros poderia ser estruturalmente menor, teríamos mais investimento, o crescimento do PIB potencial seria maior e o desemprego sistematicamente menor. Entrando em um círculo virtuoso.

A taxa de desemprego divulgada em 31 de outubro é a segunda mais baixa desde 2013, mas isso traz à memória a recessão de 2014-2016, quando uma política de estímulo ao consumo impulsionou a economia a curto prazo, mas gerou um colapso posterior.

O mercado vê muita semelhança nas políticas econômicas entre o atual governo Lula III e o Dilma I, especialmente na visão de que os gastos público e o crédito direcionado (via BNDES) são motores principais no crescimento e da distribuição de renda. Esse contexto de desconfiança é materializado pela grande tensão (dólar ameaçando ultrapassar R\$6,00; ministro Haddad tendo que cancelar uma viagem) à espera do anúncio do corte de gastos.

O governo, a classe política e nós, como sociedade, precisamos superar as restrições econômicas (mentais?) de curto prazo e melhorar a trilha sonora da economia brasileira, antes que desafine.

(*) - É professor de Ciências Econômicas do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Pix: novas regras são restritivas, porém necessárias

O Banco Central introduziu uma série de mudanças no Pix, o sistema de pagamentos instantâneos que já revolucionou o cenário financeiro do país.

Segundo Luiz Maluf, especialista em tecnologia bancária da dataRain, as novas diretrizes visam aumentar a segurança das transações, especialmente para coibir fraudes cada vez mais comuns. Maluf acredita que, embora algumas alterações possam parecer restritivas, elas são necessárias para fortalecer o uso do Pix sem comprometer sua agilidade.

"A segurança adicional que essas medidas proporcionam é essencial para assegurar a confiança no Pix, sem prejudicar sua principal vantagem, que é a velocidade", explica Maluf. Entre as mudanças, uma das mais notáveis é o limite imposto a dispositivos não registrados para transações Pix: R\$ 200 por transação e R\$ 1 mil por dia.

Esse limite visa mitigar o uso fraudulento do sistema por dispositivos que não estão devidamente associados a uma conta bancária, um método comumente explorado por hackers e fraudadores. O especialista destaca que, além das medidas de segurança, o Pix agora permitirá agendamentos automáticos, conhecidos como Pix Automático.

Essa funcionalidade será especialmente útil para pagamentos recorrentes, como alugueis, salários de empregados domésticos e mesadas para filhos, trazendo mais comodidade aos usuários. "Essa é uma inovação que atende à crescente demanda por automatização e conveniência, algo que os usuários têm pedido," comenta o especialista.

Outra novidade é a possibilidade de realizar pagamentos por proximidade, ou seja, via tecnologia touchless.

Isso, segundo Maluf, reforça a proposta do Pix de oferecer transações rápidas e simplificadas, mantendo o sistema acessível. "As novas funções de segurança não comprometem a agilidade, já que mais de 95% das transações acontecem em dispositivos registrados. No entanto, a prevenção de fraudes estará concentrada nos 5% de operações que ocorrem em dispositivos não cadastrados, onde se concentra boa parte das fraudes", pontua.



As novas regras do Pix também trazem implicações para as instituições financeiras. No entanto, o executivo acredita que as medidas devem, ao contrário do que muitos pensam, reduzir as perdas financeiras com fraudes e, portanto, não deverão gerar aumento de tarifas ou custos adicionais para os clientes. "Essa iniciativa é vantajosa, pois diminui as perdas financeiras, tornando o sistema mais seguro e sustentável", afirma.

Por fim, Maluf destaca que as instituições financeiras estão investindo em tecnologias avançadas para monitorar transações suspeitas. "Os bancos utilizam sistemas de inteligência artificial e análise de dados em tempo real para detectar comportamentos fora do padrão. Isso é crucial para interromper fraudes antes que causem prejuízos aos usuários e às próprias instituições financeiras", relata o especialista.

Para aqueles que já foram vítimas de fraudes, o Banco Central tem incentivado a aplicação de protocolos mais rigorosos de autenticação. "Em alguns casos, as instituições podem até exigir mais etapas de verificação, como autenticação multifatorial ou até biometria, especialmente em transações de maior valor", conclui. - Fonte e outras informações: (<https://www.datarain.com.br/>).